

# Vozes de Afungi: “deixar nossa terra, antepassados, zonas de pesca, árvores e locais sagrados, mas sem reassentamento não há desenvolvimento?”

Jafar Silvestre Jafar\*

pp. 45-67

## Introdução

De 2006 a 2009, o mundo foi sacudido por três crises. Uma dessas crises foi a dos combustíveis. Em resposta à mesma, muitas multinacionais investiram os seus capitais em grandes projetos extrativistas no Sul Global, sobretudo, no setor energético. De forma geral, os efeitos desses investimentos foram perniciosos a nível das comunidades locais, devido à usurpação de vastas extensões de terras e a consequente quebra da soberania alimentar, sobretudo na África subsaariana. Este facto levou a que muitos autores dissessem, por exemplo, que era o regresso de projetos coloniais (UNAC e GRAIN, 2015: 1); “manufatura da fome e da pobreza” (Biggs, 2016: 1); “investimento irresponsável” (Fraser, 2015: 1); “derrube da segurança alimentar” (Mulenga, 2012: 1); “promoção do subdesenvolvimento” (Attah, 2013: 1); “novo colonialismo” (Liberti, 2011: 1; Broughton, 2013: 25-29).

Obviamente, esses autores não criticaram o investimento em si, mas os impactos económicos e sociais resultantes da implantação dos projetos a nível local como, por exemplo, os deslocamentos forçados, a perda de terra e de outros recursos vitais, a diminuição dos meios de subsistência e, consequentemente, a deterioração das condições económicas e sociais, e até a profanação do património cultural das comunidades afetadas.

Diante disto, o Banco Mundial [BM] (2001) descreve os deslocamentos involuntários como um fenómeno destruidor e enfraquecedor das relações culturais, económicas e sociais das comunidades locais, dado que estas “perdem seus recursos vitais como terras, florestas, pastagens, fontes de água, por um lado; perdem locais sagrados, laços comunitários e relações sociais de produção e a capacidade de manutenção dos seus meios de subsistência, por outro lado”. Assim, as comunidades afetadas pelos grandes projetos extrativistas tornam-se mais pobres e vulneráveis, facto que contrasta com o discurso oficial

□ <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42a3>

\* **Universidade Rovuma**, docente e pesquisador; **CEAUP**, pesquisador. Doutorado em Pós-colonialismos e Cidadania Global e Mestre em Desenvolvimento e Cooperação.

segundo o qual os projetos extrativistas promovem o desenvolvimento das comunidades locais. Na verdade, como diz (Hosken, s/d: 1), os grandes investimentos extrativistas não visam promover o desenvolvimento local nos países pobres, mas estão orientados para a obtenção de lucros através da exploração de matérias-primas; uso da mão-de-obra barata; aproveitamento dos baixos custos de energia, isenções fiscais e a fragilidade institucional sobre questões ambientais e laborais.

Mas, a economia política de muitos países africanos, enquanto dependentes e recetores dos capitais de investimento externos, reveste-se de um discurso segundo o qual os investimentos de capitais estrangeiros são importantes porque “geram divisas em moeda estrangeira, promovem a transferência de tecnologia, criam postos de emprego, reduzem a insegurança alimentar e a pobreza” (Brouthgton, 2013: 28), facto que não é observável no continente africano como um todo, exceto, eventualmente, casos muito isolados.

Historicamente, Moçambique não esteve (e não está) à margem dessa dinâmica. Na sequência da implantação de grandes projetos extrativistas, quer no período colonial assim como no pós-colonial, com particular destaque ao período pós-guerra civil, grandes projetos forçam o deslocamento das comunidades, obrigando ao abandono das suas terras, pastagens, florestas e até zonas piscatórias. Além disso, usam a mão-de-obra barata para obter a *mais-valia*. Estes processos, de certo modo, configuram a reprodução das práticas coloniais pelo facto de não acrescentarem valor à vida das comunidades locais, o que Nkrumah (1965: 11) chama de “exploração de recursos sem recompensa”.

Nos dias de hoje, e de forma geral, estudos empíricos relativos ao contexto extrativista moçambicano revelam que “os grandes projetos não criam empregos suficientes, não contribuem significativamente para os cofres do Estado devido aos incentivos, não criam pontes de ligação com os sistemas locais de produção e não contribuem para o combate a pobreza” (Castel-Branco, 2002: 2).

Com vista a contribuir neste debate, este trabalho analisou os impactos do projeto de Gás Natural Liquefeito (GNL) liderado pela Anadarko Moçambique, Área 1 (AMA1), na Bacia do Rovuma (até setembro de 2019), sobre as comunidades de Afungi, distrito de Palma. De forma específica, o estudo desenvolveu-se nas três maiores (e as mais afetadas) comunidades da península de Afungi, nomeadamente: Maganja, Quitupo e Senga.

Neste trabalho, apresenta-se parte dos resultados do trabalho de tese de doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania feito na Universidade de Coimbra, com o título “Impacto da Globalização Económica Contemporânea em Monapo e Palma, Moçambique”. Este foi um estudo qualitativo e multidisciplinar que analisou o impacto ambiental, cultural, social e económico do projeto GNL de Palma sobre as comunidades de Afungi, dentro do contexto da globalização neoliberal e do capitalismo extrativista vigentes. A pesquisa baseou-se em três dimensões: revisão de literatura, estudo documental e trabalho de campo. O estudo documental consistiu, essencialmente, na análise das atas de reuniões de consultas públicas, relatórios, planos e legislação, enquanto o trabalho de campo se desenvolveu com recurso a entrevistas semiestruturadas (individuais e grupais) e a observação.

As entrevistas individuais foram desenvolvidas com os líderes locais e representantes das empresas, enquanto as grupais com os membros das comunidades afetadas, incluindo líderes e chefes dos Comitês Comunitários de Reassentamento (CCR). Por sua vez, a observação direta incidiu sobre as características físicas das aldeias, incluindo zonas agrícolas e de pesca, trabalhadores locais nos seus postos e reuniões dos CCR.

Tendo como foco o capitalismo extrativista, que é movido pela globalização económica contemporânea, o trabalho resultou da combinação do método estudo de caso alargado (ECA) e história local (HL). O ECA buscou as ligações no horizonte global/local, enquan-

to a HL captou a memória coletiva das comunidades sobre a evolução do passado ao presente. Assim, a fusão destes métodos permitiu construir uma abordagem holística e, ao mesmo tempo, inserir Afungi nas dinâmicas do capitalismo extrativista tendo em atenção dois prismas de análise: passado/presente e local/global.

Praticamente, este trabalho analisou as ações relativas aos processos de implantação do projeto e de reassentamento em Afungi, ouvindo as narrativas locais sobre capitalismo colonial; analisou também atas das reuniões de consultas públicas realizadas pela AMAI sob os auspícios do Governo local, no âmbito do projeto GNL. A análise foi extensiva ao processo de reassentamento das comunidades afetadas, confrontando o regulador oficial (Decreto n.º 31/2012 de 8 de agosto) com as ações desenvolvidas no terreno. Outras variáveis de análise foram (i) estudo do impacto ambiental; (ii) plano de reassentamento, incluindo os pacotes de compensação e os planos de reposição de meios de subsistência agrícola e pesqueiros; (iii) papel das organizações da sociedade civil no processo de reassentamento; e, por fim, (iv) impacto do projeto do ponto de vista cultural, económico e social ao nível local.

## 1. Capitalismo extrativista: contexto, panorama e impactos

O conceito extrativismo é amplo, pois “não se limita apenas à extração de minérios, gás e petróleo; mas também inclui à agricultura, silvicultura e a pesca” (Maldonado, 2015: 159-160); sobretudo quando a produção é feita em grandes quantidades e orientada à exportação (Gudynas, 2009: 188, e 2010: 37). É nesta amplitude que se aplica este conceito neste trabalho, tendo em conta três elementos que caracterizam empresas capitalistas: extração de matérias-primas, exportação e acumulação de capitais.

Em África, o extrativismo remonta ao período colonial durante o qual as comunidades locais foram forçadas a integrarem-se no sistema capitalista como produtores de matérias-primas que alimentavam indústrias europeias. Depois das independências, implantou-se o neocolonialismo e o extrativismo continuou a desenvolver-se por meio de grandes multinacionais, as quais “recorreram novos métodos para reproduzir o capitalismo colonial” (Vakruchev, 1975: 62) e, por via disso, reeditaram os processos de “exploração de vários recursos naturais sem recompensa para os africanos” (Nkrumah, 1965: 11).

Estes processos extrativistas continuaram e ganharam velocidade com o fim da Guerra Fria. Essa velocidade deveu-se, por um lado, ao que Fukuyama (1992) chamou da universalização da democracia liberal e do capitalismo neoliberal; por outro, a dependência económica e financeira dos países africanos em relação à Europa e aos EUA resultante dos efeitos da crise económica ocorrida sobretudo nos anos 80 e das desajustadas opções económicas adotadas por muitos países no período pós-colonial. Com efeito, a dependência financeira, a crise económica e o conseqüente endividamento dos países africanos foram vistos pelos países capitalistas do Ocidente como oportunidades para a expansão de influências comerciais e económicas, difusão da globalização neoliberal e, sobretudo, como *alibi* das novas formas de exploração de recursos naturais e humanos.

Foi nessa conjuntura que, à luz do Programa de Ajustamento Estrutural e do “Consenso de Washington”, muitos países africanos adotaram a economia do mercado livre. E, nessa altura, “os EUA usaram as instituições de BrettonWoods, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, como instrumentos de influência político-ideológica, arautos da globalização do capitalismo neoliberal e simuladores de desenvolvimento” (Rist, 2008: 211-221). A adoção da economia do mercado não resolveu os problemas económicos e sociais dos africanos no período pós-guerra fria, “mas criou espaço de intimidade entre o

Estado e o neoliberalismo” (Angelis, 2005: 254) e a formação da “tripla aliança’ entre multinacionais, elites nacionais e o capital externo” (Santos, 2002: 25-75).

Em África, a fusão desses elementos gerou dois factos: o Estado e as elites nacionais tornaram-se “correia de transmissão” das novas formas de exploração ao serviço de investidores externos e, de algum modo, “culpados e responsáveis pela pobreza e vulnerabilidade que assola os povos africanos” (Langan, 2018: 33-34). Essas alianças, associadas à ocorrência de recursos naturais e à dependência ao capital estrangeiro, criaram terreno fértil para a efetivação da chamada *New Scramble for Africa* (Nova Corrida para África<sup>1</sup>), espécie de repetição por outros meios da corrida aos recursos feita pelos países imperialistas europeus no último quartel do século XIX.

A *Nova Corrida para África* aparece como resposta às crises de alimentos e de combustíveis que surgiram em 2006 e 2007, respetivamente. Em resposta, “multinacionais dos EUA, da Europa Ocidental e da China, incluindo as do Médio Oriente, correram para África com vista ao desenvolvimento de grandes projetos para produção não só de alimentos, mas também de combustíveis biológicos e fósseis” (Broughton, 2013: 28).

Em Moçambique, na era colonial, o capitalismo extrativista foi o mecanismo através do qual o regime obteve a mais-valia absoluta (Wuyts, 1980: 11-18). E, no período pós-colonial, a saga extrativista continuou não apenas pelas grandes companhias capitalistas herdadas do colonialismo e que sobreviveram ao socialismo, como diz Pitcher (2003), mas pelos projetos extrativistas que irromperam no país sobretudo desde o pós-guerra civil. A proliferação de projetos extrativistas nesse período inseriu-se no contexto da globalização do capitalismo neoliberal, de forma geral, e nas dinâmicas do investimento direto estrangeiro, em particular. E, nessa conjuntura, para atrair mais investimento estrangeiro, Moçambique adotou um quadro legislativo com vista a atrair e a incentivar os investidores externos.

De entre vários projetos extrativistas que surgiram destacou-se o de fundição de alumínio da MOZAL dominado pela *PHP Billinton*<sup>2</sup>, província de Maputo; extração de gás natural de Pande e Temane liderado pela *Suid Afrikaanse Steenkool en Olie* (SASOL), na província de Inhambane; extração de areias pesadas, em Moma, província de Nampula, pela *Kenmare Resources Ltd*; e extração de carvão mineral de Moatize, província de Tete, pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), conhecida vulgarmente pelo nome de VALE.

Estes megaprojetos produzem e exportam grandes volumes de mercadorias e, por isso, contribuem para o crescimento do PIB (Castel-Branco, 2002: 2), mas “não criam significativos postos de emprego devido às qualificações e especialização que requerem, não estabelecem pontes de ligação com sistemas produtivos das comunidades locais, não geram excedente para financiar a economia, não contribuem significativamente para os cofres do Estado devido à generosidade dos incentivos fiscais” (Ibid.). Mas, grande parte da “riqueza produzida pelos megaprojetos vai para as acionistas (corporações e particulares) que as detêm e controlam” (Ibid.).

Nessa conjuntura, em 2010, “a *Anadarko Moçambique Áreas* (AMA<sup>1</sup>) anunciou a descoberta do primeiro dos vários poços, no campo Windjammer, área 1, na Bacia do Rovuma” (Instituto Nacional de Petróleo [INP], 2020); enquanto a outra empresa “a *Ente Nazionale Idrocarburi* (ENI) descobriu, em outubro de 2011, na área Mamba Sul-1, o primeiro furo da área 4”, na mesma bacia (Idem).

1 De entre vários autores que discutem a “Nova Corrida para África” destacam-se Carmody (2011), Fourie (2012) e Hole (2014). Na mesma senda, Dambisa Moyo (2013) analisa o caso chinês.

2 BHP Billinton, 47%; Mitsubishi, 25%; IDC da África do Sul, 24% e Governo de Moçambique, 4% (BHPBillinton & Mozal, 2003: 4).

No geral, estudos estimam a ocorrência de mais de 150 trilhões pés cúbicos (TCF<sup>3</sup>) de gás natural, nas áreas 1 e 4 da bacia do Rovuma (quadro 01). Especialista do setor de oil & gas, Eardley-Taylor, citado pelo Standard Bank (2018), estimou que ambas as áreas têm enorme jazigo de gás natural *offshore* avaliado em 150 TCF, correspondentes a 25 bilhões de barris de petróleo equivalente (BOE<sup>4</sup>). Contudo, o INP (2020) diz que existem “170 TCF de gás natural *in situ* nas duas áreas”.

Quadro 01 - Distribuição das áreas de gás natural na Bacia do Rovuma

Anadarko Moçambique			ENI e Exxon Mobile		
Área 1			Área 4		
Complexos	Golfinho/ Atum	Golfinho 1-4 Atum 1-2	Complexos	Mamba	N-1 NE-1, NE-2, NE-3 S-1, S-2 e S-3
	Prosperidade	Barquentine 1-4 Orca 1-3 Windjammer Lagosta-1 Camarão Tubarão-1		Coral	1, 2 e 3

Fonte: Ledesma (2013: 10).

Em 2012, a AMA<sub>1</sub> tornou-se o líder do projeto GNL em Afungi por obter 25,5 % das ações do projeto (ilustração 01), na Área 1 da Bacia do Rovuma, onde ocorrem cerca de 75 TCF de gás natural, cujo volume de produção foi previsto entre 12.88 e 40 milhões de toneladas anuais (MTPA<sup>5</sup>)<sup>6</sup>. Assim, a AMA<sub>1</sub>, enquanto líder e executor do projeto, ocupou cerca de sete mil hectares de terra no cabo Afungi para implantar a fábrica de liquefação do gás e construir várias infraestruturas, incluindo a vila de reassentamento, em Quitunda.

Ilustração 01 – Distribuição de ações do projeto GNL de Palma



Fonte: Ingram, 2018.

3 Trillion Cubic Feet.

4 Barril of oil equivalent.

5 Metric Tonnes per Annum.

6 Em 2019, a Anadarko vendeu os 25,5 % de ações que detinha no projeto LNG, na área 1 da Bacia do Rovuma para multinacional francesa TotalEnergies, por 3,9 mil milhões de dólares americanos. O negócio foi intermediado pela *Occidental Petroleum Corporation* empresa norte-americana mais conhecida por *Occidental*.

Partindo da avaliação generalista dos efeitos do projeto extrativista acima exposto, este trabalho analisou, de forma preliminar, o impacto económico e social do projeto de GNL, em Afungi, nas comunidades de Maganja, Quitupo e Senga. A análise baseou-se na revisão de literatura, estudo documental, entrevistas grupais e observação focando-se nos processos de consultas públicas, compensação pecuniária aos afetados e do Plano de Reassentamento, oportunidades de emprego para residentes locais, incluindo os Planos de Reposição dos Meios de Subsistência Agrícola (PRMSA) e Piscatórios (PRMSP).

## 2. Cabo Afungi: características básicas

Afungi é uma zona rural localizada a Este da localidade de Mute, Posto Administrativo de Palma-Sede e é composta por 4 aldeias: Maganja, Monjane, Quitupo e Senga. Além das 4 aldeias, Afungi tem muitos povoados dispersos na zona costeira. A pesca é a principal atividade económica, e é complementada pela agricultura familiar e pecuária. Quer a pesca assim como a agricultura são praticadas por homens e mulheres. Na pesca, enquanto os homens usam embarcações a remo ou a motor, as mulheres (re)colhem mariscos nas zonas entre marés e nos mangais. A agricultura consiste na produção, em pequena escala, de arroz, caju, mandioca, feijões e milho; enquanto a pecuária se resume na criação de animais de pequeno porte, como galinhas, patos, cabritos e porcos.

Em termos pedológicos, em Afungi predominam os “arenosolos, solos da forma *fernwood*” (Anadarko e ENI, 2016a: 200)<sup>7</sup>. A vegetação da região é um “mosaico de bosques, áreas abertas de prado e matagais isolados” (Ibid.: 201). No entanto, “cerca de 70 % da vegetação, incluindo as pequenas florestas em zonas agrícolas, foi modificada pela ação humana” (Ibid.). O cajueiro, o coqueiro e a mangueira são as árvores de fruta mais comuns na região. Os residentes nativos de Afungi comunicam-se em quatro línguas: *ki-muani*, *ki-makwé*, *ki-swahil* e *chi-maconde*. No que tange à religião, a maior parte da população é islâmica, resultante da expansão árabe, entre os séculos VI e XIII, e da transformação do indico em “oceano islâmico”, como diz Alpers (2014: 40-68).

Geralmente, em Afungi, as habitações são retangulares, feitas de pau-a-pique e maticadas com matope misturado com restos finos de conchas brancas do mar. Uns cobrem as suas casas com folhas secas de coqueiro ou com um arbusto selvagem (*macuti*), outros fazem-no com chapas de zinco.

## 3. Capitalismo extrativista em Afungi: da copra ao gás natural

No período colonial, Afungi teve duas plantações: Maganja-a-Velha e Ngodgi. “Foi nessas plantações, de colonos alemães e portugueses, para as quais recrutavam nativos para produzirem copra” (E. M. Atibo, comunicação pessoal, 31 julho, 2017). Assim, como noutras partes de Moçambique, as populações de Afungi foram forçadas a se integrarem no capitalismo colonial como produtores de matérias-primas destinadas à exportação.

Nessa altura, “o trabalho nas companhias era duro e o salário auferido era muito pouco, que só dava para pagar imposto e fazer pequenas despesas de casa; por isso, muitos residentes preferiam trabalhar nas plantações de sisal no sul de Tanzânia, onde as condições de trabalho e os salários eram melhores” (Ibid.). “Além das plantações de coqueiros, as companhias de Maganja-a-Velha e Ngodgi criavam animais, particularmente o gado caprino” (S. Macassale, comunicação pessoal, 20 setembro, 2017). “A copra produzida nessas duas companhias

<sup>7</sup> Mozambique Gas Development Project.

era exportada para Europa através do porto de Mocímboa da Praia. O transporte da copra de Afungi para Mocímboa da Praia era feito por duas vias, marítima e terrestre” (Ibid.).

Durante a Luta de Libertação, surgiram as aldeias de Maganja e Quitupo. “A primeira resultou da concentração forçada pelos colonos, em Maganja, das populações que viviam dispersas nos povoados de Nsemo, Kibunju, Nfunzi, Nanjululu, Nhangalala e Macongo. Ao concentrarem as pessoas, os colonos temiam que as mesmas se juntassem aos guerrilheiros da FRELIMO e, para as controlarem, construíram um cerco de arame farpado” (E. M. Atibo, comunicação pessoal, 31 julho, 2017). A segunda, Quitupo, resultou da política de aldeamento das Zonas Libertadas. “Em 1973, a mando da FRELIMO, o senhor Nandjodja reuniu com líderes de vários povoados: Murdinine Saide, líder de Maiane e Nanlola; Momade Dade (ou Nankongoya), líder de Quitupo; Missongomwa, líder de Simo; Amisse Rachide, líder de Ntaunachi; e Sumail Mfaume, líder de Milamba 1 e Milamba 2” (A. Rachide, comunicação pessoal, 31 julho, 2017). Além desses, “participaram da mesma reunião dois líderes religiosos, os mais influentes e respeitados professores de alcorão da região, conhecidos localmente por *mashehe*: Amade Djarafe e Inchamo Nawanga” (Ibid.). Com a Independência Nacional, “os colonos abandonaram as plantações de coqueiros, os animais e as infraestruturas das companhias. Contudo, as tentativas feitas por alguns investidores nacionais, no sentido de continuar as atividades da companhia de Ngodgi, não tiveram êxitos” (E. M. Atibo e A. Rachide, comunicação pessoal, 31 julho, 2017). A terceira aldeia, Senga, “foi criada por uma família tanzaniana, conhecida por *Nsenga*, que se dedicava à agricultura e a caça. Com a intensificação da guerra civil, os *Nsenga* voltaram a Tanzânia” (T. P. Dindila, comunicação pessoal, 21 setembro, 2017). E, “finda a guerra civil, muitas famílias camponesas ocuparam a região, construíram aldeia a que chamaram de Senga, nome que ficou até hoje” (Ibid.).

Entre 2010 e 2012, na sequência da descoberta dos cerca de 75 TCF de gás natural pela AMA1, e com a implantação do projeto GNL, em Afungi, os habitantes das três aldeias ficaram afetados. Com financiamento de 25 mil milhões USD, o projeto visa extrair gás a 40 quilómetros de Afungi, representando o maior do ramo energético na história do país. Essa descoberta, associada a promessas de emprego e desenvolvimento feitas pelo Governo e pela AMA1 durante reuniões das consultas públicas, criou enormes expectativas no seio das populações de Afungi de forma particular e do distrito de Palma no geral. É factual que este é o maior projeto energético na história do país; mas como resultados de vários estudos revelam que megaprojetos não promovem desenvolvimento a nível local, levantam-se as seguintes questões: Qual é o impacto do projeto GNL nas comunidades aldeãs de Maganja, Quitupo e Senga, em Afungi? Será que o projeto GNL, em Afungi, tem melhores impactos a nível local que os outros projetos extrativistas?

Tendo em consideração as análises de Castel-Branco (2002 e 2008) sobre os impactos dos megaprojetos, parte-se da ideia de que estes não promovem emprego suficiente, não criam ligações com os sistemas locais de produção e não promovem desenvolvimento económico e social a nível das comunidades afetadas. Ademais, o BM (2001) considera que os projetos extrativistas causam, a nível das comunidades afetadas, reassentamentos involuntários, perda da terra e outros recursos vitais; fragilizam os sistemas de produção, meios de subsistência, instituições e redes de relações sociais locais; enfraquecem o poder dos chefes locais; debilitam laços de parentesco e a identidade cultural.

De facto, as abordagens (de Castel-Branco e do BM) dão uma ideia inequívoca, ainda que hipotética, de que promover o desenvolvimento local não é o objetivo dos grandes projetos extrativistas, mas sim investir capitais para a obtenção de fabulosos lucros. O relatório da *Anadarko Petroleum Corporation* [APC] (2017:7) mostra isso ao dizer que “o objectivo da Anadarko é de extrair e produzir gás natural em grandes quantidades no mundo, vender para obter lucros e dividendos que satisfaçam aos seus acionistas”.

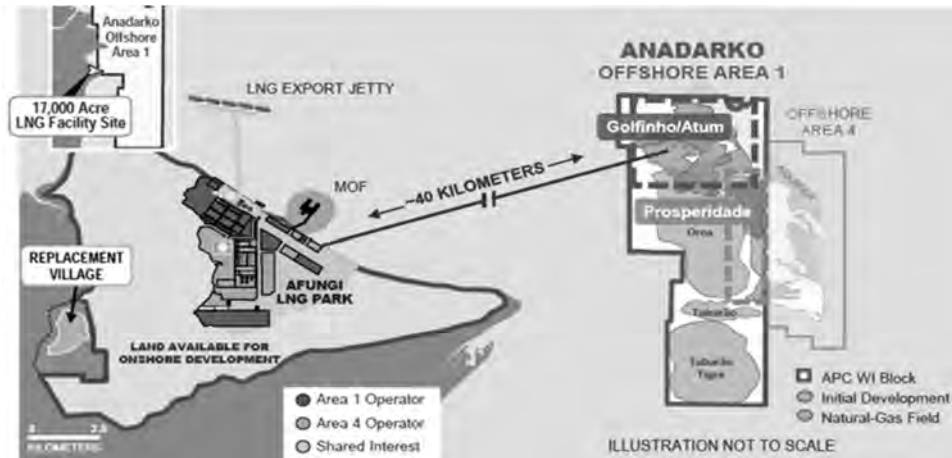
#### 4. Apoio institucional ao projeto GNL

Regra geral, à luz da *governança neoliberal* e das políticas de atração do investimento direto estrangeiro, a operacionalização dos grandes projetos económicos tem apoio institucional do país recetor do investimento. É neste contexto que, em 2014, para acomodar e facilitar o projeto GNL, o Governo de Moçambique (GdM), através do Conselho de Ministros, realizado a 24 de junho, aprovou o Plano Diretor do Gás Natural. No mesmo ano, “o Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental aprovou o Estudo de Impacto Ambiental, incluindo o Plano inicial de Reassentamento” (Anadarko e ENI, 2016a: 19).

Em 2017, o GdM atribuiu ao projeto GNL de Afungi o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) n.º 00/2017 sobre a parcela 3/11770 que anteriormente era detida pela Rovuma Basin LGN Land, através do processo legal n.º 1394571067 (BR, 6/11/2017). Assim, ao projeto GNL foi atribuído o DUAT de 6.619 hectares de terra para a construção da fábrica de liquefação do gás, o parque industrial, a Vila de Reassentamento na zona, residências dos trabalhadores entre outras infraestruturas.

O parque industrial do projeto, que inclui a fábrica de liquefação e outras infraestruturas adjacentes, está projetado para a parte costeira da área do DUAT e estará ligado a dois cais: o primeiro destinado ao descarregamento de materiais diversos (*Material Offloading Facilities*, MOF), e o segundo ao carregamento de condensados e exportação do GNL (*LNG Export Jetty*) (vide ilustração 02) para o mercado consumidor.

Ilustração 02 – Planta do projeto GNL em Afungi



Fonte: Ingram, 2018: 4.

Ainda na senda de apoio institucional, e para se viabilizar o projeto de GNL de forma específica, a 26 de outubro de 2017, a então Governadora da província de Cabo Delgado, Celmira Frederico Pena da Silva, acompanhada pelo representante da Anadarko Petroleum Corporation, John Bretz, assinou uma moratória para efeitos de elegibilidade, com-

pensação e reassentamento das famílias fisicamente afetadas pelo projeto<sup>8</sup>. Este processo de apoio institucional, associado aos acordos da APC com os principais mercados consumidores do GNL e ao avanço do processo de instalação do projeto, encorajaram a tomada da *Decisão Final de Investimento*, feita a 18 de junho de 2019, em Maputo, pelo CEO da APC, Al Walker, numa cerimónia pública que contou com a presença de várias individualidades, dentre as quais o Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, e o Ministro de Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Tonela. O processo de instalação do projeto foi caracterizado por um conjunto de ações que a AMA<sub>1</sub>, em colaboração com os governos central, provincial e local, foi desenvolvendo em Afungi desde a descoberta do enorme jazigo de gás na bacia do Rovuma, em Palma. De entre várias ações, a AMA<sub>1</sub> levou a cabo estudos demográficos, pedológicos e socioeconómicos incluindo inventários sobre ativos (agrícolas, pesqueiros e outros) das populações. Os resultados desses estudos, agregados às questões discutidas durante as consultas públicas, eventualmente serviram de base para a elaboração do Plano de Reassentamento<sup>9</sup>.

## 5. Consultas públicas

Nos termos da alínea f) do Decreto n.º 31/2012 de 8 de agosto, as consultas públicas inserem-se no princípio de participação pública e visam “garantir a auscultação das comunidades locais e outras partes interessadas e afectadas pela actividade”. E, para efeitos de elaboração e implementação de um plano de reassentamento, o mesmo Decreto, no seu n.º 1 do artigo 23.º, recomenda “a realização de pelo menos quatro consultas públicas publicitadas nos meios de comunicação social e nos locais de intervenção”.

Em estrita obediência ao decreto supra citado, de julho de 2014 a dezembro de 2015, os representantes do governo local e a AMA<sub>1</sub>, enquanto líder e proponente do projeto, realizaram quatro rondas de reuniões em Maganja, Palma-Sede, Quitupo e Senga, com os seguintes temas: (i) Processo de Reassentamento, Zona de influência do Projeto e Local de Reassentamento; (ii) Concessão do lugar de Reassentamento, o Conceito de habitação e Integração da Comunidade hospedeira; (iii) Ponto de situação dos levantamentos (censo de pessoas e inventário de bens) e Apresentação do quadro de direitos (pacote de compensação proposto); e (iv) Apresentação do esboço do Plano Final de Reassentamento.

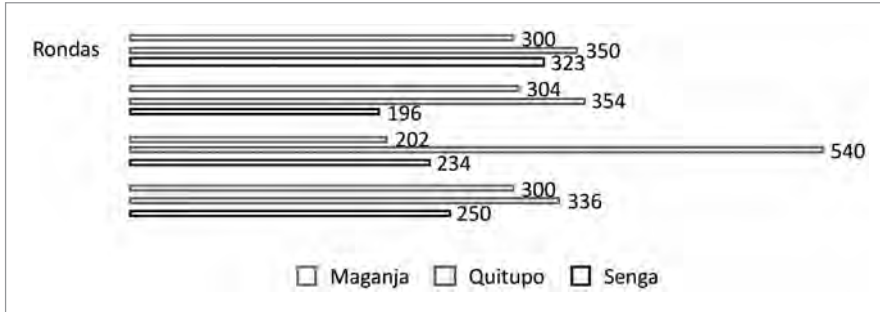
A nível das comunidades de Afungi, pouco mais de 3.650 pessoas participaram das quatro rondas das reuniões de consultas públicas, entre cidadãos comuns, membros dos CCRs, líderes comunitários e secretários dos bairros (ilustração 03). Além disso, várias instituições governamentais (de nível distrital, provincial e central) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), na sua maioria nacionais, também participaram das reuniões de consultas públicas, que por lei foram dirigidas pelo Administrador do Distrito de Palma.

Durante o período das reuniões de consultas públicas, e no decurso das suas atividades de advocacia, as OSCs, como por exemplo, o Centro de Terra Viva (CTV), a União Provincial de Camponeses (UPC) de Cabo Delgado, a Associação do Meio Ambiente, *Amigos da Terra* (AMA), o Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação (SEKELEKANI), desempenharam um papel crucial na medida em que se empenharam não só no apelo à participação ativa das comunidades, incluindo da Mulher, mas também na consciencialização das mesmas (comunidades afetadas) sobre os seus direitos.

8 Boletim da República, 6 de novembro de 2017. III Série, Número 173, p. 7032.

9 Boletim da República, 6 de novembro de 2017. III Série, Número 173, p. 7033 et ss.

**Ilustração 03 – Números de participantes em reuniões de consultas públicas nas comunidades de Maganja, Quitupo e Senga, em Afungi**



Fonte: Compilado pelo autor a partir das Atas de Consultas Públicas constantes do Plano Final de Reassentamento elaborado pela Anadarko e ENI (2016b). Projeto de Desenvolvimento de Gás em Moçambique. Anexo K, Atas e Listas de Presenças das Reuniões Públicas. Vol. V, pp. 4-725.

A Ilustração 03 mostra que, em todas as rondas, Quitupo teve o maior número de participantes. Isso deveu-se ao facto de Quitupo ser a única comunidade que foi fisicamente afetada e, por sinal, a mais populosa dado que fazem parte vários povoados dispersos pela costa, desde Nsemo a Quelimane (ilustração 02). Sendo os residentes de Quitupo afetados fisicamente, e elegíveis ao reassentamento, o seu interesse em participar nas consultas foi maior, sobretudo na terceira ronda, na qual se discutiram aspetos relativos ao recenseamento de pessoas ou famílias afetadas, bens perdidos e respetivos pacotes de compensação.

De entre várias matérias discutidas durante os dezoito meses de consultas públicas, os tópicos mais dominantes foram: o papel dos Comitês Comunitários de Reassentamento (CCRs); a escolha do local de reassentamento; o tipo de habitação para os deslocados físicos (para a zona de reassentamento, em Quitunda); oportunidades de emprego para os residentes locais; condição e extensão da terra de reposição agrícola como parte integrante do *Plano de Reposição dos Meios de Subsistência Agrícolas* (PRMSA); anúncio de alguns projetos de desenvolvimento local e a fixação dos preços ou pacote das compensações.

## 6. Compensações

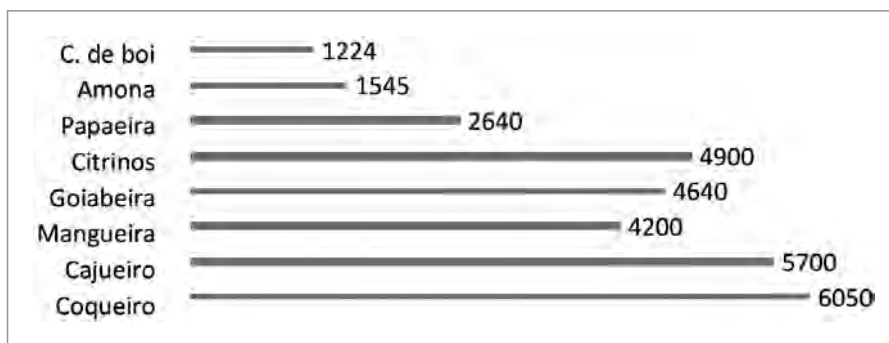
De entre várias ações, o processo de compensação foi antecedido por censos das principais atividades económicas (agricultura e pesca) e reuniões de consultas públicas. Durante as reuniões, cientes dos efeitos nefastos da perda de bens e ou recursos vitais para a sua subsistência, os afetados fizeram vários pedidos ao Governo e à AMA1. Num desses pedidos, os afetados queriam que as compensações fossem pagas em forma de pensões mensais até à morte<sup>10</sup>. Relativamente a esse pedido, o Governo e a AMA1 responderam que as compensações pecuniárias e os PRMS (agrícolas e piscatórios)

<sup>10</sup> Cf. Anadarko e ENI (2016b). Projeto de Desenvolvimento de Gás em Moçambique. Anexo K, Atas e Listas de Presenças das Reuniões Públicas. Vol. V, pp. 4-725.

seriam suficientes para a recuperação e a manutenção dos meios de sobrevivência. De facto, esse pedido não teve cobertura legal pelo facto de não estar previsto no Decreto 31/2012 de 8 de agosto, que regula esses processos.

Curiosamente, os preços das compensações foram impostos pelo governo. E as pessoas perguntavam: “Derrubam árvores depois trazem tabela de compensação com preços, porque não negociam antes?”<sup>11</sup> “Porquê o Governo determina preços de produtos privados?”<sup>12</sup>. Apesar dessa reclamação, a imposição dos preços prevaleceu e os critérios usados pelas autoridades competentes para o cálculo dos mesmos permaneceram desconhecidos por parte dos afetados. Assim, no quadro de preços impostos pelo Governo, de entre vários bens, foram compensadas as culturas perenes (ilustração 04) e anuais (ilustração 05) e pequenas infraestruturas domésticas anexas às residências das famílias afetadas (ilustração 06). Além disso, algumas atividades económicas foram também compensadas como, por exemplo, a pesca no mar e coleta na zona entre marés (ilustração 07).

Ilustração 04 – Compensação de culturas perenes (em Meticais)



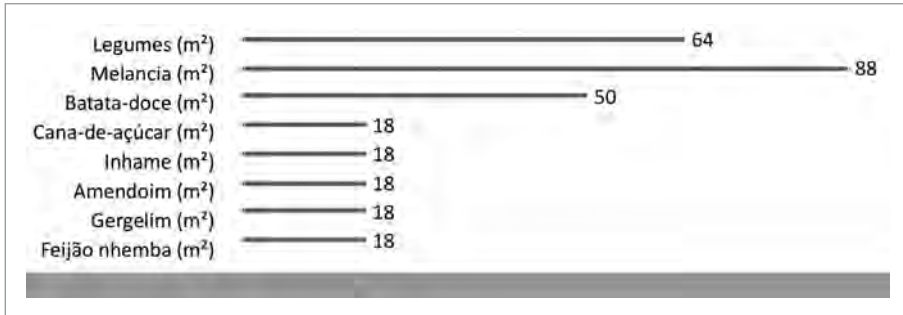
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do GDP, 2016: 158.

Quanto às culturas anuais, como a cana-de-açúcar, o inhame, o amendoim, o gergelim, o feijão *nhemba*, a mandioca, o feijão *jugu* e o milho, foram compensadas ao preço fixo de 18 Meticais (Mts) por cada metro quadrado (m<sup>2</sup>). Porém, outras culturas anuais como os legumes, a melancia e a batata-doce foram compensadas a 64, 87,5 e 50 Mts, respetivamente (ilustração 05). Com base à mesma medida (m<sup>2</sup>), o ananaseiro e a bananeira foram compensados com os valores monetários de 75 e 182 Mts, respetivamente.

11 Maharazu Abudo, residente local e participante da Consulta Pública de 9 de julho de 2014, realizada na Aldeia de Maganja in Anadarko e ENI (2016b). Plano Final de Reassentamento. Anexo K: Atas e Listas de Presenças das Reuniões Públicas.

12 Beatriz Fernando, representante do CTV na Consulta Pública de 9 de julho de 2014, realizada na Aldeia de Maganja in Anadarko e ENI (2016b). Plano Final de Reassentamento. Anexo K: Atas e Listas de Presenças das Reuniões Públicas.

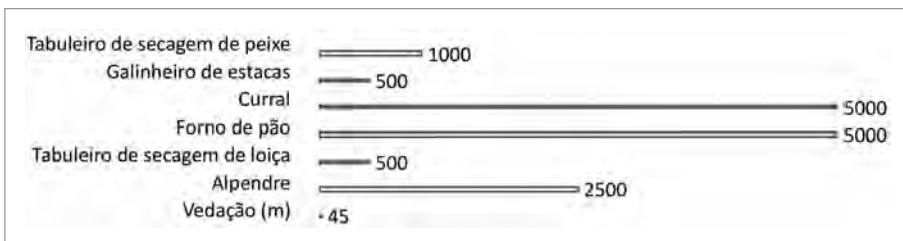
**Ilustração 05 – Preços de compensação de culturas anuais (em Mts)**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do GDP: 2016, 158.

Na mesma senda, a perda de infraestruturas domésticas de singulares foi compensada (ilustração 06), sendo que o curral e o forno de pão foram as que tiveram o maior preço, 5000 Mts; enquanto galinheiro de estacas e tabuleiro de secagem de loiça não foram além de 500 Mts. A perda de outras infraestruturas como tabuleiro de secagem de peixe e alpendre foi paga 1000 e 2500 Mts, respetivamente. E, cada metro (m) de vedação de um quintal foi pago 45 Mts.

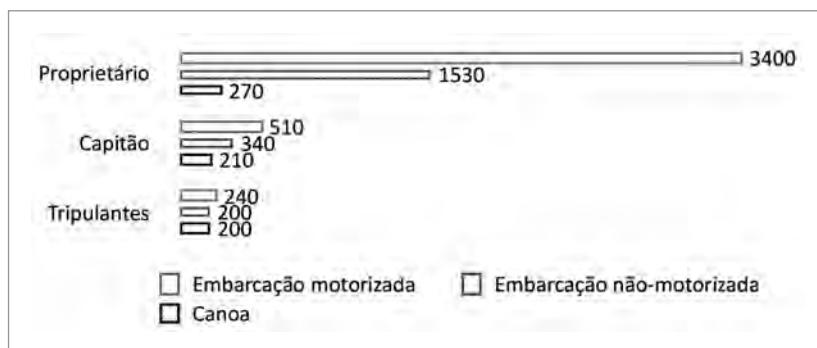
**Ilustração 06 – Compensação de infraestruturas singulares (em Mts)**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Anadarko e ENI, 2016a: 157.

Além dos pequenos agricultores, outro grupo de pessoas e ou famílias afetadas e elegíveis à compensação pecuniária foi o dos pescadores. Para esse grupo, os preços das compensações foram definidos de acordo com o tipo de embarcação e a função de cada integrante da equipa. Desse modo, como mostra a ilustração 07, cada proprietário, capitão e tripulantes de embarcações motorizadas, não-motorizadas e canoas, receberam valores completamente diferenciados.

**Ilustração 07 - Compensação de pescadores conforme o tipo de embarcação e função (em Mts)**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do GDP: 2016: 164.

Ainda no quadro das compensações de atividades pesqueiras, os recetores e os (re)vedores do pescado nos mercados consumidores locais foram compensados com valores não especificados, uma vez que essa atividade constituía a sua principal fonte de renda e ou meio de subsistência familiar.

## 7. O Papel das Organizações da Sociedade Civil

Quer no processo das reuniões de consultas públicas assim como nos das compensações e reassentamento, as OSCs foram cruciais ao prestarem gratuitamente serviços de advocacia às comunidades locais. Praticamente, OSCs desempenharam três papéis: (i) análise e monitoria dos processos no que respeita a legalidade e transparência<sup>13</sup>; (ii) contribuição para a resolução de conflitos resultantes, por exemplo, da exclusão de agricultores e pescadores elegíveis ao processo das compensações e da ineficiência dos Comités Comunitários de Reassentamento (CCRs)<sup>14</sup>; e (iii) promoção da cidadania e o direito à informação ao divulgarem a legislação sobre o uso da terra, questões ambientais, incluindo os deveres das autoridades governamentais e os direitos dos reassentados previstos no Decreto n.º 31/2012 de 8 de agosto, enquanto documento oficial que regula os processos de reassentamento decorrentes de atividades económicas. Nessa senda, a União Provincial de Camponeses (UPC) de Cabo Delgado, munuiu os camponeses locais de meios de luta e defesa dos seus interesses, criando Comissões de Agentes de Advocacia, como elos de ligação entre os camponeses locais e a União Distrital de Camponeses.

Durante as reuniões de consultas públicas, o Centro Terra Viva (CTV) e a SEKELEKANI propuseram que se criasse um espaço para que as mulheres, enquanto parte integrante da sociedade e membros das famílias afetadas, fossem ouvidas em separado relativamente ao reassentamento, como forma de incluir a mulher no processo de tomada de decisão tal como os homens.

13 Cf. Mimbire, F. e Nhamirre, B. (2015), Projeto LNG – Moçambique. Terceira Ronda de Consultas Públicas em Palma: Não há transparência, comunidades mal informadas e Governo apático. CIP Newsletter, Edição n.º 28/2015.

14 O Centro de Terra Viva (CTV) foi interventivo nesses aspetos.

## 8. Os afetados e o Plano de Reassentamento

No geral, o projeto afetou, diretamente, cerca de 3.285 pessoas subdivididas em três categorias: deslocados económicos, deslocados marítimos e deslocados físicos (quadro 02). Destas, apenas a dos deslocados físicos é que teve o direito ao reassentamento, dado que as suas áreas residenciais, agrícolas e piscatórias foram totalmente ocupadas pelo projeto.

Quadro 02 - Tipos de deslocamentos, aldeias e povoados afetados

Zona	Tipo de Deslocamento	N.º de povoados	Nome da(s) aldeia(s) afetada(s)	Pessoas afetadas
Terrestre	Físico	7	Barabarane, Quitupo, Milamba, Simo, Ngoji, Patacua e Salama	2.433
	Económico	4	Maganja, Palma-Sede, Mondlane e Senga	664?
Marítima	Marítimo	6	Palma-Sede, Nsemo, Kibunju, Nfunzi, Mpaia e Maganja	188
Total	-	17	-	3.285

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Anadarko e ENI, 2016a: 21.

Assim, para o reassentamento feito na zona de Quitunda, localizada entre Quitupo e Senga, a Este do rio Mpandja (rio periódico), foram elegíveis todas as famílias deslocadas fisicamente. O maior número dessas famílias vivia na aldeia de Quitupo e nos povoados costeiros de Ngodji 1 e 2, Milamba 1 e 2, Salama, Barabarane, Patacua e Simo (quadro 02).

Ilustração 08 – Casa modelo na vila de reassentamento, em Quitunda



Fonte: Anadarko e ENI, 2016a: 184.

A vila de reassentamento foi projetada de modo que as famílias tenham casas melhoradas (ilustração 08) e acesso a uma série de bens e serviços, dentre os quais “administração pública, saúde, polícia, escola, igreja, mesquitas, mercado, estradas, estação de autocarros, centro comunitário e anfiteatro, edifícios multiusos, parques infantis, campos de desportos públicos passeios associados” (GPCD, Anadarko e ENI, 2017: 9). Igualmente, como parte do pacote dos benefícios, projetou-se que os reassentados tenham acesso a “uma rede de fornecimento de água e de energia eléctrica incluindo iluminação pública e fontenários” (Ibid.).

As casas melhoradas a que os reassentados têm direito possuem duas componentes: casa (Ilustração 08A) e latrina externa (Ilustração 08B). “São casas do tipo 3 ou 4, ocupando 800 m<sup>2</sup>, com telhados coberto a chapa de aço pré-pintada com guarda-ventos e isolamento; têm depósitos de águas pluviais; cozinha interna com balcão de cimento, latrina e zona de lavagem externas” (Anadarko e ENI, 2016a: 183). No entanto, os beneficiários dizem que o espaço (800 m<sup>2</sup>) não é suficiente para albergar todas as infraestruturas domésticas particulares (Ilustração 06) e a cozinha interna não é compatível com a lenda que eles usam.

As famílias afetadas, além das compensações monetárias e das casas, beneficiar-se-ão de dois Planos de Reposição de Meios de Subsistência (PRMS), nomeadamente: Plano de Reposição de Meios de Subsistência Agrícola (PRMSA) e o Plano de Reposição de Meios de Subsistência Pesqueiros (PRMSP). O PRMSA consiste, essencialmente, na “introdução de culturas melhoradas, técnicas de conservação, armazenamento das culturas, sistema de secagem, técnicas de cultivos de hortas e provisão de informações agrícolas” (Anadarko e ENI, 2016a: 220); enquanto o PRMSP visa “melhorar a pesca e a maricultura através da promoção das pescas alternativas” (Ibid.).

O processo de PRMSP inclui, também, “o processamento do pescado, construção de vias de acesso, promoção de emprego no projeto de GNL, formação dos residentes afectados em matéria de gestão financeira das compensações e da actividade pesqueira, criação de pequenas empresas e apetrechamento e manutenção dos centros de pescas” (Ibid.: 220-226). Paralelamente aos PRMS, e no âmbito da responsabilidade social, o projeto de GNL tem em carteira vários planos de desenvolvimento local dos quais destacam-se dois. O primeiro visa apoiar a formação e capacitação de educadores, formadores e professores na Província de Cabo Delgado, em parceria com o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano. O segundo consistirá na criação do Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FDC). Com este, o Projeto GNL pretende financiar iniciativas económicas locais, para as quais será exigida a apresentação de projetos sustentáveis. Contudo, a falta de clareza sobre os requisitos e data do início do FDC cria incertezas no seio das comunidades afetadas.

## 9. Impactos do projeto GNL em Afungi

Em Afungi, o projeto GNL vai produzir efeitos nefastos a vários níveis e prazos, como conclui um estudo ambiental. “O projeto GNL vai ter impactos negativos a curto, médio e longo prazos quer no alto mar, na costa assim como em terra” (Impacto e ERM, 2014: 8). No alto mar, o processo de perfuração de poços (incluindo a dispersão de aparas e lamas) e de instalação de aparelhos no leito submarino afetará profundamente a ecologia marinha, sobretudo a flora betónica, as baleias, bentos, golfinhos, peixes, recifes de corais (Ibid.: 10). Ademais, a poluição sonora e luminosa causada pelos navios, helicópteros, aparelhos montados no leito submarino vai perturbar e até alterar a vida dos animais (Ibid.).

Na zona costeira, no âmbito de estabelecimento da Zona de Segurança (ZS), a costa sofrerá alterações em duas vertentes: estuários, mangais e praias serão destruídos, e será o depósito dos resíduos resultantes de dragagem no mar, o que “afectará profundamente a flora e fauna costeiras, e a biodiversidade da Baía de Palma como um todo” (Impacto e ERM, 2014: 11). E, sendo eminentemente uma ZS, ela será estritamente interdita à pesca com quaisquer embarcações e recolção entre marés, forçando os afetados ao deslocamento marítimo (Ilustração 09A e 09B), por um tempo indeterminado.

Na parte terrestre, durante o processo de construção da fábrica de GNL e outras infraestruturas adjacentes, incluindo estradas, serão feitas remoções de solos e o desmatamento. Durante esse processo, quer nos pântanos e terras húmidas, assim como nas matas, serão destruídos a flora e os habitats das aves, sapos, lagartos, mamíferos, entre outros animais (Ibid.: 12-16).

Em suma, além da destruição de pequenos animais, plantas e remoção de solos, as três zonas (marítima, costeira e terrestre) serão alvos de poluição do ar, luminosa e sonora; e, as duas últimas estarão totalmente expostas e vulneráveis a riscos de erosão hídrica, eólica e de solos. Todos estes fatores serão responsáveis pela destruição dos ecossistemas das zonas afetadas. Durante o processo de deslocamento físico, as famílias afetadas perderam cerca de 5.663 hectares de terra agrícola e de pousio, o que fará com que haja maior pressão sobre a terra, e outros recursos naturais vitais para a subsistência, na zona de chegada. E, no mesmo âmbito, cerca de 556 casas foram abandonadas em Quitupo, Senga e Maganja (Anadarko e ENI, 2016a: 115).

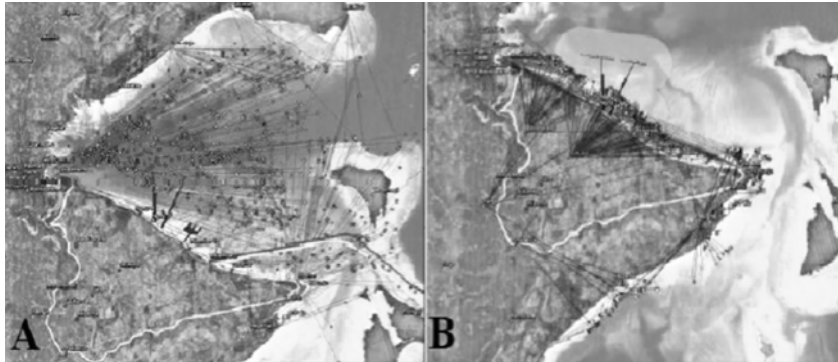
Diante disso, o processo de mitigação dos efeitos resultantes da perda da terra residual, praticamente, em três mecanismos básicos: “atribuição de 1,5 hectares de terra a cada família afectada; compensação pecuniária aos proprietários consuetudinários com base na taxa de mão-de-obra e de distúrbio por hectare para terrenos agrícolas e de pousios; e formação e assistência agrícola para o aumento da produção e produtividade” (Ibid., 2016: 116).

O abandono das casas implicou a perda de estruturas auxiliares como “alpendres, armazéns, casas de banho exteriores, abrigos de pesca ou agrícola, cozinhas exteriores, poços, capoeiras, currais, estruturas de secagem de loiça e de peixe, compartimentos exteriores, casas adicionais e vedações” (Ibid.: 116-117). Como se referiu anteriormente, a perda desses bens, incluindo a das árvores de fruta anuais e perenes, foi compensada pelo projeto.

A compensação não foi apenas pecuniária, mas também em géneros. Este procedimento permitiu, por exemplo, no âmbito do PRMSA, que “cada agregado familiar que perdeu árvore(s) de fruto, além de receber uma compensação monetária pela perda tivesse, também, o direito de receber o dobro das mudas de substituição por cada árvore perdida” (Anadarko e ENI, 2016a: 120).

O deslocamento marítimo afetou cerca de 2306 pescadores incluindo os(as) coletores(as) entre marés, os quais perderam acesso a 15 % da Baía de Palma, área onde desenvolviam a atividade piscatória, quer pesca com embarcações (ilustração 09) assim como a captura entre marés (ilustração 09). Essa perda deveu-se à interdição da pesca na Zona de Exclusiva Marítima (ZEM) do Projeto GNL (Ibid: 121). Este facto “baixou a produtividade da actividade pesqueira com repercussões em toda a cadeia de valor do setor da pesca” (Ibid.: 121-122).

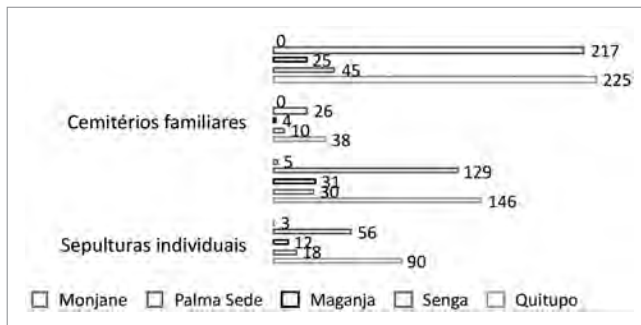
**Ilustração 09 – Zonas de pesca e captura entre marés perdidas**



Fonte: Anadarko e ENI (2016a, 83).

No que diz respeito ao impacto do projeto sobre pequenas atividades económicas, as comunidades de Afungi perderam “64 salinas, 15 lojas, 7 viveiros, 4 fornos de pão, 2 discotecas e 1 café” (Anadarko e ENI, 2016a: 131-132). Obviamente, a perda definitiva dessas pequenas unidades empresariais afetou não só as famílias proprietárias, enquanto fonte de renda, mas também os consumidores. No mesmo cenário, um vasto património cultural foi profanado e/ou perdido. A perda de bens culturais, enquanto “testemunho material e imaterial da civilização e cultura de um povo”, como define Alexandrino (2009: 2), enfraqueceu e empobreceu as comunidades de Afungi do ponto de vista cultural e identitário. De entre vários bens, foram perdidos cemitérios e sepulturas familiares (ilustração 07). No entanto, algumas famílias permitiram que os restos mortais dos seus entes queridos fossem exumados, trasladados e inumados no cemitério de substituição junto da vila de reassentamento, em Quitunda, “apesar de essa prática ofender a religião islâmica, predominante na região” (I. Issa, comunicação pessoal, 21 setembro, 2017).

**Ilustração 10 – Número de cemitérios e sepulturas afetados pelo projeto GNL, em Palma**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Anadarko e ENI (2016a: 133).

Outros bens culturais que foram perdidos pelas comunidades afetadas são os locais sagrados que são as “árvores sagradas incluindo a de Nsolo e duas lagoas sagradas, ambas localizadas em Nalola, Milamba 1; e campas do régulo Nzé Balai, Nzé Ngola, Sumail Nalole e da família Buruhane” (Anadarko e ENI, 2016b: 93-94). Localmente, as campas dos líderes e de membros de famílias importantes são consideradas sagradas, por exemplo, “as campas da família Buruhane são visitadas pelos pescadores de Milamba1, antes de se fazerem ao mar, para pedirem aos espíritos protecção e êxito na faina piscatória” (Ibid.: 93). Com a implantação do projeto GNL, deslocamento das pessoas, a exumação e transferência dos restos mortais dos líderes locais, a sacralidade desse património perdeu-se.

Prevê-se que os deslocamentos (económico, físico e marítimo) das populações causarão enorme pressão nas zonas de chegada. Essa pressão será exercida sobre os recursos agrícolas, florestais e marinhos, o que levará a conflitos e disputas pelo acesso, controlo e usufruto dos mesmos (ilustração 10). Além dos deslocados locais, a “imigração de pessoas induzida pelo projeto exercerá pressão sobre recursos naturais e meios de subsistência” (Ibid.: 137-139).

Deste modo, aventa-se que grupos sociais se tornem vulneráveis como, por exemplo, “crianças órfãs, idosos, enfermos, famílias sem terra agrícola, viúvas com muitos filhos e desprovidas de recursos, pessoas com necessidades especiais, problemas mentais e doenças crónicas” (Ibid.: 104-105). Ademais, como ilustra a ilustração 11, “dada a perda dos meios de subsistência, o custo de vida subirá entre 2 e 6 % e os conflitos sociais pela posse e controlo da terra e outros recursos vitais aumentarão progressivamente” (Idem, 2017: 111).

**Ilustração 11 – Impactos ambientais, económicos e sociais do Projeto GN**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Anadarko e ENI (2016a: 111).

Quanto à oferta de emprego, os residentes locais de Afungi têm poucas, pouquíssimas, oportunidades de trabalhar para o projeto (ilustração 11). Os poucos residentes locais empregados fazem trabalhos de baixa categoria: “uns são controladores de tráfego automóvel (*os flagmen*), outros trabalham no acampamento como guardas diurnos e nocturnos, jardineiros, mainatos” (I. Issa, comunicação pessoal, 21 setembro, 2017). Além desses, “existem residentes locais que trabalham sazonalmente no processo de reabilitação de vias de acesso locais e outros como membros dos CCRs. Mas, diferentemente dos outros trabalhadores que auferem salários mensais, os membros dos CCRs têm direito

a um subsídio só nos dias que reúnem com as comunidades locais e discutem questões relativas ao reassentamento” (Ibid.).

Até setembro de 2017, o número de trabalhadores recrutados em Afungi pelo projeto GNL, nas comunidades de Maganja, Quitupo e Senga, era apenas de 131 (ilustração 11), o que era muito pouco para mais de 3.285 pessoas diretamente afetadas pelo projeto (quadro 02) e insignificante para um universo populacional de mais de 5.264<sup>15</sup> habitantes da região. Ora, este facto contrasta com as promessas feitas pelo governo e a empresa AMA1 durante as reuniões de consultas públicas. Como era de esperar, “muitos trabalhadores do projeto são de fora” Hanlon<sup>16</sup>. Com efeito, o não cumprimento das promessas de emprego e a admissão de muitos trabalhadores não nativos criou um “sentimento de exclusão e ao mesmo tempo gerou frustração no seio dos nativos de Afungi no geral e afectados em particular” (I. Issa, comunicação pessoal, 21 setembro 2017).

Diante dessa realidade, enquanto uns residentes locais perguntavam: “as oportunidades de emprego só são dadas a pessoas de Maputo e Pemba, quando é que os residentes locais terão oportunidades de trabalhar no projeto?”<sup>17</sup>, “nossos filhos já terminaram a 12.ª classe, porque não trabalham no projeto?” Outros mostravam sua preocupação em relação ao futuro dizendo, por exemplo: “estou preocupado com o nosso futuro, mais do que oportunidade de emprego, era bom que tivéssemos oportunidade de aprender a fazer alguma coisa que facilite a empregabilidade”<sup>18</sup>. Mas, as respostas dos representantes do Projeto foram dadas em forma de promessa: “depois de reassentamento das comunidades, vai haver a construção do projeto e aí haverá emprego para muitas pessoas”<sup>19</sup>; “O projeto fará de tudo para que as comunidades se sintam acarinhadas”<sup>20</sup>.

Na verdade, apesar das promessas de emprego e de carinho, o quadro de poucas oportunidades de emprego para os nativos de Afungi era expectável, não só porque o histórico mostra que grandes projetos extrativistas “não criam empregos significativos a nível das comunidades locais” (Castel-Branco, 2002: 2), mas pela falta de formação técnico-profissional no seio das comunidades afetadas. Até porque Anadarko e ENI (2016a: 137), previram esse problema ao afirmar que “projetos de grande dimensão atraem pessoas de distritos, províncias e áreas adjacentes, que vêm tirar partido das oportunidades económicas e laborais geradas”. Pois, “os imigrantes têm conhecimento de construção e experiência de trabalho e são candidatos motivados, enquanto os nativos têm pouca experiência de trabalho, competências limitadas e baixos níveis escolares” (Ibid.).

Portanto, ao prometerem emprego aos residentes locais, durante as consultas públicas, o governo e Anadarko sabiam que as oportunidades seriam muito poucas, uma vez que os residentes de Afungi não tinham (e não têm) as qualificações técnico-profissionais exigidas pelo projeto GNL.

15 Dados do Recenseamento Geral de População e Habitação de 2007 fornecidos pelos líderes Ernesto Atibo, Abdala Salimo e Tomás Pessa Dindila, em setembro de 2017.

16 Joseph Hanlon in Savana 17/5, 2019: 2.

17 Fátima Ntimachurubo, participante da Consulta Pública realizada a 16 de dezembro de 2015, em Palma-Sede in Anadarko e ENI (2016b). Plano Final de Reassentamento. Anexo K: Atas e Listas de Presenças nas Reuniões Públicas, p. 769.

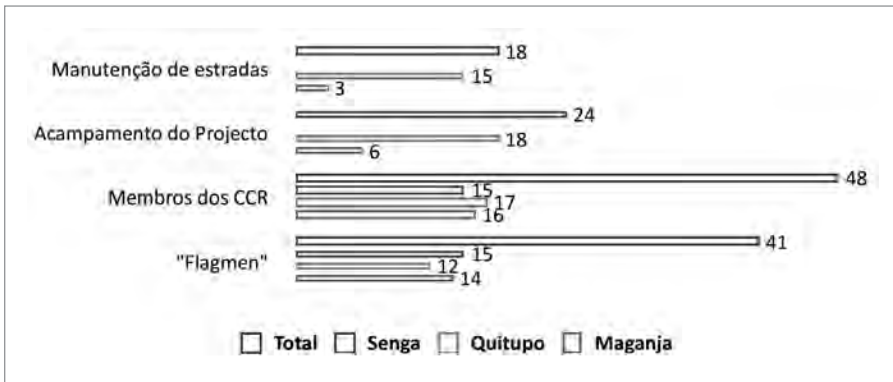
18 João Saíde Mola, participante da Consulta Pública, realizada a 16 de dezembro de 2015, em Palma-Sede in Anadarko e ENI (2016b). Plano Final de Reassentamento. Anexo K: Atas e Listas de Presenças nas Reuniões Públicas, p. 769.

19 Alcido Mause, representante da AMA1 na Consulta Pública realizada a 12 de agosto de 2014, na Aldeia de Maganja in Anadarko e ENI (2016b). Plano Final de Reassentamento. Anexo K: Atas e Listas de Presenças nas Reuniões Públicas.

20 Alexandre Jossias, representante da AMA1 na Consulta Pública havida a 10 de julho de 2014, na Aldeia de Quitupo in Anadarko e ENI (2016b). Plano Final de Reassentamento. Anexo K: Atas e Listas de Presenças nas Reuniões Públicas.

Como se pode ver (ilustração 12), as oportunidades de emprego para os nativos de Afungi são muito poucas. Até finais de 2017, por exemplo, cerca de 131 pessoas trabalhavam para o projeto GNL: 18 na manutenção de estradas vicinais; 33 como membros dos CCRs; 39 no acampamento da AMA<sub>1</sub> e 41 *flagmen*. Em termos de distribuição pelas comunidades locais, 62 trabalhadores eram da aldeia de Quitupo, a maior e a mais populosa, equivalente a 47,4 % do total; 39 da aldeia de Maganja (29,7 %) e, por último, 30 da aldeia de Senga (22,9 %).

Ilustração 12- Oportunidades de emprego para residentes de Afungi (até 2017)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelos líderes das comunidades de Maganja, Quitupo e Senga (julho e setembro de 2017).

## 10. Conclusão

O projeto de GNL de Palma representa o maior investimento de capitais estrangeiros no setor energético na história de Moçambique e da África Austral. Com efeito, espera-se que este projeto estimule o PIB nacional nos próximos decénios, pague significativos impostos ao Estado e coloque Moçambique na lista de maiores produtores mundiais de gás natural liquefeito.

Contudo, em Afungi, apesar do projeto construir infraestruturas económicas e sociais, pagar compensações pecuniárias aos afetados pelos bens perdidos e desenhar planos de reposição dos meios de subsistência agrícola e pesqueiros, a curto, médio e longo prazos, os impactos do projeto são negativos do ponto de vista ambiental, cultural, económico-social. Por um lado, estes impactos resultam (i) da exposição a riscos ambientais (poluição do ar, sonora, erosão); (ii) da perda e alteração do património cultural (cemitérios, sepulturas e locais sagrados); e (iii) da perda da terra agrícola e de acesso ao mar, o que diminui a capacidade produtiva e de manutenção dos meios de subsistência, aumenta a pressão sobre terra, mar e florestas nas zonas de chegada. Por outro, esses impactos são agravados pela falta de oportunidades de emprego para residentes locais e inexistência de projetos concretos de desenvolvimento local a médio e longo prazos.

Assim, conclui-se que o projeto GNL não promoveu desenvolvimento local em Afungi; pelo contrário, criou riscos ambientais, alterou/destruiu o património cultural, agudizou a pobreza económica e social e, ao mesmo tempo, fragilizou o poder do Estado, enquanto de-

fensor dos bens/necessidades da população, promotor do desenvolvimento e do bem-estar social. Chegado a esta conclusão, e respondendo à pergunta de Alidjuane, dir-se-ia que, com ou sem reassentamento, não há desenvolvimento local em Afungi. E, os impactos do projeto extrativista, da AMA<sub>1</sub>, são maus a nível local como são dos outros megaprojetos implantados em várias regiões do país.

## Referências bibliográficas

- Alexandrino, J. de M. (2009), O conceito de bem cultural. Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Alpers, E. A. (2014), *The Indian Ocean in World History*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Anadarko e ENI (2016a), Projeto de desenvolvimento de gás em moçambique, plano final de reassentamento, Vol. 1.
- (2016b), Projeto de Desenvolvimento de Gás em Moçambique, Plano Final de Reassentamento. Anexo K, Atas e Listas de Presenças das Reuniões Públicas. Vol. V, pp. 4-725.
- Angelis, M. de (2005), The Political Economy of Global Neoliberal Governance. *Fernand Braudel Center*, 28(3), pp. 229-257.
- APC - Anadarko Petroleum Corporation (2017), Health, Safety, Environment and Sustainability Report (HSE and Sustainability Report).
- Attah, N. E. (2013), "The historical conjuncture of neo-colonialism and underdevelopment in Nigeria". Osun State University, Department of History and International Studies. Academic Journals.
- Banco Mundial (2001), Declaração sobre os Direitos de Camponeses e outras pessoas que trabalham nas zonas rurais. A/HRC/WG.15/1/2.
- BHPBillinton & Mozal (2013), *Welcome to MOZAL. Together, we make a difference*.
- Biggs, S. (ed.) (2016), *Miracle or Mirage? Manufacturing hunger and poverty in Ethiopia*. USA: The Oakland Institute.
- Boletim da República (2012), Decreto n.º 31/2012, de 8 de agosto de 2012 (Conselho de Ministros). Aprova o regulamento sobre o reassentamento resultante de atividades económicas. Série I, N.º 32. Maputo - Moçambique: Imprensa Nacional de Moçambique E.P.
- Broughton, A. (2013), "Land grabbing: A new colonialism". *Green Social Thought: A Magazine of Synthesis and Regeneration*. Spring.
- Carmody, P. (2011), *The New Scramble for Africa*. Cambridge: Polity Press.
- Castel-Branco, C. N. (2008), Os Mega Projetos em Moçambique: Que contributo para a Economia Nacional? Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extrativa. Museu de História Natural. Maputo, 27 e 28 de novembro de 2008.

- (2002), *Mega Projetos e Estratégia de Desenvolvimento. Notas para um Debate*. IESE
- Fourie, A. (2012), *The New Scramble for Africa*. *Development in Practice*, 22(3), p. 429.
- Fraser, E. (2015), *Irresponsible investment: Africa's broken development model in Tanzania*. USA: The Oakland Institute.
- Fukuyama, F. (1992), *The End of History and the Last Man*. USA. Penguin.
- Governo da Província de Cabo delgado, Anadarko E ENI (2017), *Reassentamento: processo de implementação*.
- Gudynas, E. (2010), *Agropecuaria y nuevo extractivismo bajo los gobiernos progresistas de América del Sur*. Instituto de Estudios Agrarios y Rurales, pp. 37-54. *Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: Contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual*. Quito: CAAP e FLACSO.
- Hanlon, J. (2019), “A Visão de Hanlon sobre processos político-eleitorais - Oposição está a dormir” in *Savana* (17/5/2019), Renamo contra-ataca e acusa Nyusi de inflexível no processo DDR – Os Oficiais da discórdia, N.º 1323, Ano XXVI, Maputo.
- Hole, M. S. (2014), *The New Scramble for Africa: The EU raw material initiative – a response to China increased presence in Africa*. Master's thesis in European Studies. NTNU – Trondheim.
- Hosken, G. S. (s/d), *O que são multinacionais? Diferença entre multinacionais e transnacionais*. Passei Directo. [Em linha]. [Consult. 02.set.2021]. Disponível em: [O Que São Multinacionais? Diferença entre Multinacionais e Transnacionais - Economia Política Internacional \(passeidireto.com\)](http://O Que São Multinacionais? Diferença entre Multinacionais e Transnacionais - Economia Política Internacional (passeidireto.com))
- Impacto e ERM (2014), *Relatório Final do Estudo de Impacto Ambiental (REIA) para o Projeto de Gás Natural Liquefeito em Cabo Delgado*. Vol. I e II. Maputo.
- Ingram, M. (2018), *What next for the Asia Pacific gas Market?* 27 World Gas Conference. Washington DC, June, 25<sup>th</sup>-29<sup>th</sup>.
- Instituto Nacional de Petróleo (2020), “*Celebrando os 10 anos da descoberta de gás natural na Bacia do Rovuma*”. Instituto Nacional de Petróleo. [Em linha]. [Consult. 05.set.2021]. Disponível em: <http://www.inp.gov.mz/pt/Noticias/Celebrando-10-Anos-da-Descoberta-de-Gas-na-Bacia-do-Rovuma-A-Descoberta-que-Mudou-Mocambique>.
- (2011), “*A primeira grande descoberta de gás na Area-4 da Bacia do Rovuma*”. Instituto Nacional de Petróleo. [Em linha]. [Consult. 05.set.2021]. Disponível em: <http://www.inp.gov.mz/Highlights/1st-Giant-Gas-Discovery-in-the-Rovuma-Basin-Area-4>.
- Langan, M. (2018), *Neocolonialism and the Poverty of 'Development in Africa'*. Newcastle University: Palgrave Macmillan.
- Ledesma, D. (2013), *East Africa Gas: Potential for export*. The Oxford Institute for Energy Studies. NG, p. 74.
- Liberti, S. (2011), *Land grabbing. Come il mercato delle terre crea il novo Colonialismo*. Roma: Maximum Fax.

- Maldonado, F. G. (2015), Um pouco mais ao Sul: Extrativismo, neoextractivismo e pós-extrativismo sob duas experiências sul-americanas. *Pré-Sal e ITT*, pp. 57-170.
- Mimbire, F. e Nhamirre, B. (2015), Projeto LNG – Moçambique. Terceira Ronda de Consultas Públicas em Palma: Não há transparência, comunidades mal informadas e Governo apático. CIP Newsletter, Edição n.º 28/2015.
- Moyo, Dambisa (2013), A China e a Corrida aos Recursos. Trad. Nuno Fernandes, pp. 9-17. Lisboa: Bertrand Editora.
- Mulenga, N. (2012), "Foreign farmers undermine food security in Zambia. Inter Press Service (IPS).
- Nkrumah, K. (1965), *Neo-colonialism. The last stage of Imperialism*. London: Thomas Nelson and Sons.
- Pitcher, M. A. (2003), Sobreviver à transição: O legado das antigas empresas coloniais em Moçambique. *Análise Social*, 38 (168), pp. 793-820. República de Moçambique (2014). Plano Diretor do Gás Natural. 16.ª Sessão do Conselho de Ministros. Maputo, 24 de junho de 2014.
- Rist, G. (2008), *The History of Development: From Western origins to Global faith*. 3ed. Zed Books London & New York.
- Santos, B. de S. (org.) (2002), *Globalização e Ciências Sociais*. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Standard Bank (2018), O potencial de gás natural de Moçambique continua enorme. Standard Bank. [Em linha]. [Consult. 28.set.2021]. Disponível em: <https://www.standardbank.co.mz/Informacao-Institucional/Noticias-e-Eventos/O-potencial-de-gas-natural-de-Mocambique-continua-enorme>.
- UNAC e GRAIN (2015), Usurpadores de Terra do Corredor de Nacala: Uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique. Maputo/Barcelona.
- Vakhruchev, V. (1975), *Neocolonialismo e os seus métodos*. Lisboa: Prelo.
- World Bank (2001), The World Bank Operational Manual. Operational Policies on Involuntary Resettlement OP 4.12. Washington, pp. 1-9.
- Wuyts, M. (1980), Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique. *Estudo Moçambicanos*, 1, pp. 9-22.

## Fontes orais

- Abdala Rachide, Líder comunitário de Quitupo, entrevistado a 31/07/2017.
- Ernesto Mussa Atibo, Líder comunitário de Maganja, entrevistado a 31/07/2017.
- Ismael Issa, Alfabetizador de Quitupo, entrevistado a 21/09/2017.
- Macassale Salimo, Adjunto do Líder de Maganja, entrevistado a 20/09/2017.
- Tomás Pessa Dindila, Líder comunitário de Senga, entrevistado a 21/09/2017.